

Escolarização e trabalho infantojuvenil no Maciço do Morro da Cruz – Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Soraya Franzoni Conde

Professora do Departamento de Estudos Especializados em Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Larissa do Livramento Pereira

Mestranda em Educação na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Valéria Gontarczyk

Bolsista de Iniciação Científica Voluntária e Graduanda em História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Resumo

A relação entre o trabalho precoce e a escolarização ainda é um tema central para pensar a equidade e a permanência de jovens no processo de escolarização no Brasil. Este artigo tem por objetivo refletir sobre a relação entre o trabalho infantojuvenil e a escolarização de estudantes matriculados em 10 escolas localizadas no Maciço do Morro da Cruz, território precário e periférico da ilha de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Foi realizada análise documental dos Projetos Políticos Pedagógicos e Planos de Gestão das escolas participantes e, para isso, utilizamos os seguintes instrumentos de coleta de dados: questionário, entrevistas com grupos focais com crianças, adolescentes e jovens que começaram a trabalhar precocemente e observações diretas registradas em diário de campo. Os dados foram tabulados e analisados à luz das seguintes categorias: escolarização, trabalho, classe social, infância e juventude. Considera-se que parte dos estudantes abandonam ou se afastam sazonalmente da escola em função da necessidade precoce de trabalhar, fato esse que está entre os principais fatores que geram evasão e abandono escolar.

Palavras-chave: Trabalho. Escola. Infância e juventude.

Abstract

Schooling and infanto-youth work on Maçico do Morro da Cruz – Florianópolis, Santa Catarina, Brazil

The relationship between early work and schooling is still a central theme for thinking about the equity and permanence of young people in the schooling process in Brazil. This article aims to reflect on the relationship between child labor and schooling of students enrolled in 10 schools located in the Morro da Cruz Massif, precarious and peripheral territory of the island of Florianópolis, Santa Catarina, Brazil. We conducted a documentary analysis of the Political Educational Projects and Manager Plans of the participating schools and used the following data collection instruments: questionnaire, interviews with focus groups with children, adolescents and young people who started working early

and direct observations recorded in field diaries. The data were tabulated and analyzed in the light of the following categories schooling, work, social class, childhood and youth. It is considered that part of the students leave from the school due to the early need to work, a fact that is among the main factors that cause drop out.

Keywords: Work. School. Childhood and youth.

Resumen

Escolarización y trabajo infanto-juvenil em el Maciço do Morro da Cruz – Florianópolis, Santa Catarina, Brazil

La relación entre el trabajo precoz y la escolarización sigue siendo un tema central para pensar la equidad y la permanencia de jóvenes en el proceso de escolarización en Brasil. Este artículo tiene por objetivo reflexionar sobre la relación entre el trabajo infanto-juvenil y la escolarización de estudiantes matriculados en 10 escuelas ubicadas en el Macizo del Morro da Cruz, territorio precario y periférico de la isla de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Se realizó un análisis documental de los Proyectos Políticos Pedagógicos y Planes de Gestión de las escuelas participantes y utilizamos los siguientes instrumentos de recolección de datos: cuestionario, entrevistas con grupos focales con niños, adolescentes y jóvenes que empezaron a trabajar precozmente y observaciones directas registradas en diario de campo. Los datos fueron tabulados y analizados a la luz de las siguientes categorías escolarización, trabajo, clase social, infancia y juventud. Se considera que parte de los estudiantes abandonan o se alejan estacionalmente de la escuela en función de la necesidad precoz de trabajar, hecho que está entre los principales factores que generan evasión y abandono escolar.

Palabras clave: Trabajo. Escuela. Infancia y juventud.

Introdução

Este artigo tem por objetivo refletir sobre a relação entre o trabalho infanto-juvenil e a escolarização de estudantes matriculados em 10 escolas localizadas no Maciço do Morro da Cruz, território precário e periférico da ilha de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. É resultado do subprojeto de pesquisa intitulado “A relação entre a escola, a cultura e a exploração do trabalho infantojuvenil em territórios de precariedade de Santa Catarina”¹. Esse projeto vincula-se à pesquisa matricial “Juventude pobre e escolarização: relações com a escola e a cultura em territórios de precariedade” desenvolvido entre 2014 e 2017 com a participação de docentes pesquisadores, doutorandos, mestrandos e graduandos do Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho (TMT/CED/UFSC)

O estudo dos problemas relacionados à baixa escolarização de jovens e adolescentes nos remete à exploração precoce no trabalho como um dos fatores do abandono e do baixo rendimento escolar. Recorrendo à história, percebemos que o problema do

1 Pesquisa conta com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação Catarinense (Fapesc), chamada 06/2016.

trabalho precoce, assim como a luta pelos direitos da criança e do adolescente, aparece após a Proclamação Universal e dos Direitos Humanos, os avanços legislativos e o aparecimento de Políticas Públicas destinadas ao combate do desemprego de jovens e adultos (CONDE, 2016).

Em termos globais, existem 246 milhões de trabalhadores precoces no planeta (OIT, 2005). Embora esses dados não diferenciem trabalho explorado das formas históricas de socialização familiar, a Organização Internacional do Trabalho (2005) indica a tendência à extinção do trabalho infantil nos locais considerados mais desenvolvidos (CONDE, 2016). Tal tendência, afirmada por entusiastas do desenvolvimento capitalista nos países considerados centrais, vem sendo refutada pelo emergente fenômeno da migração e avanço do desemprego que leva milhares de adultos, idosos, jovens, adolescentes ou crianças a perambularem e evadirem as fronteiras em busca de trabalho e de melhores condições de vida.

No âmbito do território do Maciço do Morro da Cruz, onde realizamos a pesquisa, percebemos um grande contingente de crianças e adolescentes trabalhadores frequentando a escola, o que tem repercussões sobre o rendimento, o abandono e a evasão escolar. Perceber as relações que estabelecem com a escola, a forma como o trabalho influencia os estudos, a idade com que começam a trabalhar, as origens sociais e as motivações para o trabalho precoce fazem parte do escopo da pesquisa mais ampla e são temas refletidos, em parte, neste artigo.

Partimos da perspectiva do trabalho enquanto forma histórica de produção da existência, elemento fundamental para compreender a infância e a juventude dentro das relações sociais de produção da vida na sociedade capitalista. Os diversos tipos de trabalhos precários em diferentes comércios e de prestações de serviços sem vínculo empregatício realizadas em Florianópolis (lanchonete, venda ambulante, guarda de carro, coleta de materiais recicláveis, oficina mecânica, tráfico de drogas, entre outros) são emblemáticos na forma como o trabalho precoce se desenvolve no contexto da população empobrecida da capital catarinense. Nessas ocasiões, embora o trabalho não tenha, na maior parte das vezes, registro em carteira, ele se relaciona às formas contemporâneas de sobrevivência diante do avanço da desigualdade social, do desemprego, da migração e da miséria. Situações essas nas quais crianças e adolescentes ficam expostos a diversos perigos, além de encontrarem-se distantes de escolas e, muitas vezes, impossibilitados de dedicarem-se aos estudos e prolongarem a escolarização.

Durante muitos anos, perdurou a imagem de que as cenas de crianças trabalhando não deveria remontar mais a uma sociedade industrial desenvolvida (CONDE, 2016). Entretanto, conforme descreve Sarmiento (2005), até os países considerados mais desenvolvidos têm noticiado crianças recolhendo garrafas para serem recicladas, meninas sendo utilizadas como empregadas domésticas, meninos e meninas migrantes, mexicanos, haitianos, sírios, bengalis ou libaneses explorados em diversas atividades. São famosos os casos de crianças que cosem sapatos com a família, que atuam na construção civil, em panificadoras, nas cerâmicas, na produção têxtil e, principalmente, nos trabalhos do campo.

O mesmo autor adverte que nem toda atividade desempenhada pelas crianças é maltratante e que há necessidade de investigações sobre detalhes desta problemática. Nesse sentido, muitas atividades de trabalho, presentes nas comunidades catarinenses, como ajudar os pais nos diversos serviços domésticos, arrumar a cama, varrer a casa, dar trato aos animais ou cuidar dos irmãos, ajudar no atendimento da loja ou da lanchonete da família não são consideradas exploração infantojuvenil. Evidentemente, essa formulação não trata de trabalho pressuposto da acumulação capitalista. É apenas trabalho em geral, não trabalho assalariado que produz valor excedente para outrem (CONDE, 2016). Mas será que o trabalho infantil desenvolvido por crianças e adolescentes da região do “Maciço do Morro da Cruz” insere-se na categoria de trabalho explorado da sociedade capitalista? Qual a relação entre a baixa escolaridade e a exploração do trabalho precoce? O que dizem as crianças, os jovens e os adolescentes trabalhadores? Que relação estabelecem com a escola? Por que trabalham? O trabalho afeta os estudos? Qual a perspectiva de futuro?

Primeiramente, ressaltamos que a controvérsia existente acerca da compreensão da exploração precoce no trabalho e a ajuda familiar educativa ganham contorno tênue e contraditório nas tradições culturais catarinenses, principalmente entre imigrantes europeus e filhos de trabalhadores rurais do interior do estado. É comum a afirmação de que o trabalho precoce é uma tradição cultural no campo e que é “melhor trabalhar do que roubar” ou “mais vale uma enxada na mão do que um ‘trêsoitão’”. Entretanto, os dados indicam que o trabalho precoce ocorre em famílias que necessitam de complemento da renda advinda do trabalho precoce. Inexistem casos de latifundiários que, por tradição, cultura e educação, acreditam que as virtudes enobrecedoras do trabalho devam ser socializadas com seus filhos – futuros fazendeiros do agronegócio. Eles não colocam os filhos para trabalhar

arduamente na lavoura ou em outros serviços desde a tenra idade ou antes do término da escolarização obrigatória.

Já no contexto urbano, a confusão entre ajuda familiar e exploração no trabalho é comum nos serviços domésticos e nas empresas ou comércios familiares. Para a compreensão do trabalho denominado ajuda (aparência fenomênica do objeto), amparamo-nos em Marx (2006), que entende que para compreender as formas em que trabalho aparece é necessário compreender as relações nas quais ele se desenvolve. Não podemos nos prender no ato isolado, mas nas condições em que ele ocorre. O que diferencia cantar no chuveiro de cantar no bar todas as noites? E o que significa brincar de responsável pelos irmãos menores no faz de conta e ter que efetivamente cuidar dos irmãos enquanto os pais trabalham? Aparentemente, trata-se do mesmo ato isolado. Mas são as relações e o contexto que determinam se há ou não exploração naquilo que o senso comum denomina de ajuda. Conforme o Marx são as relações sociais que determinam a forma que o trabalho assume:

[...] um negro é só um negro. Só em determinadas relações é que ele se torna um escravo. Uma máquina de fiar algodão é uma máquina para fiar algodão. Apenas em determinadas relações ela se torna capital. Arrancada a estas relações, ela é tão pouco capital como o ouro em si [...]. Na produção, os homens não atuam só sobre a natureza, mas também uns sobre os outros. Produzem apenas atuando conjuntamente dum modo determinado e trocando suas atividades umas pelas outras. Para produzirem entram em determinadas relações uns com os outros, e só no seio destas relações sociais se efetua sua ação sobre a natureza, se efetua a produção. [...] As relações sociais em que os indivíduos produzem, as relações sociais de produção alteram-se, portanto, transformam-se com a alteração do desenvolvimento dos meios materiais de produção, as forças de produção. As relações de produção na sua totalidade formam aquilo a que se dá o nome de relações sociais, a sociedade, é na verdade, uma sociedade num estágio determinado, histórico, de desenvolvimento, uma sociedade com caráter peculiar, diferenciado. A sociedade antiga, a sociedade feudal, a sociedade burguesa são outras tantas totalidades de relações de produção, cada uma das quais designa, ao mesmo tempo, um estágio particular de desenvolvimento da história da humanidade. Também, o capital é uma relação social de produção. É uma relação burguesa de produção, uma relação de produção da sociedade burguesa. Os meios de subsistência, os instrumentos de trabalho, as matérias-primas de que se compõem o capital – não foram eles produzidos e acumulados em dadas condições sociais, em determinadas relações sociais? Não são eles empregues para uma nova produção em dadas condições sociais, em determinadas relações sociais? E não é precisamente este caráter social determinado que transforma em *capital* os produtos que servem para a nova produção? (MARX, 2006, p. 18 – 19).

Conforme o autor, as relações sociais determinam o trabalho e a forma que os homens atuam uns sobre os outros. De acordo com esse pensamento, e refletindo sobre nosso objeto de estudo, poderíamos afirmar que um/a adolescente/jovem/criança é só

um/a adolescente/jovem/criança e somente em determinadas relações sociais e históricas se torna trabalhador/a. O trabalho, também, é só uma forma de produção da vida, e somente em determinadas relações sociais, ele deixa de ser meio de produção de valores de uso e passa, prioritariamente, a produzir mais valor. Ainda para reiterar que o problema da exploração do trabalho infantojuvenil, no caso específico desse estudo, ocorre no contexto do trabalho explorado no capitalismo, ilustramos com a citação de Marx (2006, p. 76):

Uma cantora que entoa como pássaro é um trabalhador improdutivo. Na medida em que vende seu canto, é assalariada ou comerciante. Mas, a mesma cantora, contratada por um empresário, que a faz cantar para ganhar dinheiro, é um trabalhador produtivo, já que produz diretamente capital.

As formas que assumem a mercadoria força de trabalho infantojuvenil evidenciam diferentes combinações entre trabalho familiar, não familiar, doméstico, privado, social, coletivo. Todas essas formas são submetidas à produção de lucro e remetem à complexidade do trabalho coletivo que utiliza das diferentes formas para ampliar a extração da mais-valia, seja ela relativa (pela intensificação da jornada de trabalho) ou absoluta (pela ampliação da jornada de trabalho) (MARX, 1988).

Nesse sentido, percebemos que no âmbito doméstico o jovem, o adolescente ou a criança é responsável por atividades importantes à manutenção da família, como preparar o almoço, substituindo o trabalho adulto. Mas essas responsabilidades são compreendidas, aparentemente, como ajuda. Para a fenomenologia, a forma como o objeto aparece é aquela que ele assume enquanto categoria. Já para o materialismo dialético a, é preciso ir além da aparência imediata através da qual o objeto se manifesta, descobrindo as relações que o constituem (MARX; ENGELS, 1989).

Contexto socioespacial do Morro do Maciço

Conforme Marcassa (2013), na cidade de Florianópolis há pelo menos 10 escolas que atendem crianças e jovens do Maciço do Morro da Cruz², uma das regiões

² Na verdade, havia cerca de 13 escolas cuja população atendida provinha das comunidades do Maciço do Morro da Cruz (MMC). Porém, três destas escolas foram fechadas pelo poder público estadual nos últimos cinco anos: Escola de Ensino Básico (EEB) Antonieta de Barros, EEB Silveira de Sousa e EEB Celso Ramos. Para efeitos desta pesquisa, levaremos em conta as seguintes unidades educativas: Instituto Estadual de Educação (IEE), EEB Getúlio Vargas, EEB Padre Anchieta, EEB Jurema Cavallazzi, EEB Henrique Stodiek, EEB Lauro Muller, EEB Hilda Teodoro Vieira, EEB Simão Hess, a Escola Silveira de Sousa, que foi municipalizada e hoje está voltada à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Escola Lucia do Livramento Mayvorme, que foi terceirizada, passando a fazer parte das escolas geridas pelo grupo Marista, embora ela continue sendo frequentada por crianças e adolescentes do MontSerrat, comunidade pertencente ao MMC.

mais empobrecidas e vulneráveis do ponto de vista econômico, social e ambiental da capital catarinense. Ainda segundo a autora:

O maciço do Morro da Cruz (MMC) é composto por um vasto território formado por um bloco rochoso alongado, cuja área total compreende 2,1 milhões de metros quadrados, situado na região central da cidade. Esta área, considerada como “ocupação irregular”, abriga cerca de 30 mil pessoas, distribuídas, pelo menos, em 17 comunidades instaladas sobre morros e encostas, cujos habitantes vivem em condições de miséria, violência e em contato direto com o crime organizado e o narcotráfico (MARCASSA, 2013, p. 2).

A maior parte das famílias da região do Maciço é constituída de migrantes, populações originárias do campo, geralmente pequenos agricultores que, em virtude do empobrecimento, provocado pelo avanço da revolução verde e pela agroindústria no interior, migraram para a capital catarinense em busca de sobrevivência. Estima-se que 93% das pessoas que moram nos morros de Florianópolis são vítimas do êxodo rural verificado no estado de Santa Catarina ao longo dos últimos 30–40 anos (DANTAS, 2007). Os dados do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³ demonstram que a Região Sul, entre os anos de 2005–2010, teve grande aumento na capacidade de mobilidade espacial e o estado de Santa Catarina recebeu um volume 59% maior de imigrantes durante esses anos em relação ao censo anterior. A região da grande Florianópolis ocupa uma posição de destaque como destino dos migrantes. Dos 421.240 habitantes de Florianópolis, 50.919 são migrantes⁴ e, desses, muitos vivem nos morros que compõe a região do Maciço (IBGE, 2010).

Coerentemente com os dados acima, os questionários aplicados denunciam o alto número de migrantes nas escolas: Escola de Ensino Básico (EEB) Silveira de Souza (30,47% dos estudantes que responderam ao questionário nasceram em Florianópolis, 67,2% não nasceram e 1,9% não moram na cidade); EEB Padre Anchieta (44%% nasceram em Florianópolis e 56% não nasceram; EEB Simão José Hess (51,6% nasceram em Florianópolis, 47,3% não nasceram e 1,5% não mora na cidade); Institu-

³ Dados obtidos através do último censo demográfico do IBGE publicado no ano de 2012 com o título: Censo demográfico 2010 resultados gerais da amostra. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=420540&idtema=97&search=santa-catarina|florianopolis|censodemografico-2010:-resultados-da-amostra-migracao>.

⁴ Este número está subestimado, visto que nele não estão contabilizados os migrantes que vivem em Florianópolis e que são oriundos do interior do estado de Santa Catarina, nem os que são dos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul.

to Estadual de Educação (55,1% nasceram em Florianópolis; 41,84% não nasceram e 3,4% não moram na cidade); e EEB Henrique Stodiek (53,9% nasceram em Florianópolis, 38,09% não nascerem e 7,8% não moram em Florianópolis). Dentre as péssimas disposições para a manutenção da vida que grande parte dessas famílias enfrenta ressaltamos as condições de moradia, saneamento e transporte público e um dos maiores problemas vividos: a falta de emprego na cidade.

Boa parte delas vive do trabalho informal, desenvolvendo atividades irregulares ou “bicos” relacionados ao turismo durante o verão, ou de pequenos negócios na área do comércio e dos serviços, quando não vinculados ao ramo da construção civil e/ou do trabalho doméstico. Com o fortalecimento do narcotráfico e do crime organizado, o cotidiano é constantemente atravessado pelo medo, pela incerteza e pela instabilidade, o que se manifesta por meio da violência e de um sentimento de insegurança e falta de expectativas quanto ao futuro (MARCASSA, 2013).

Verificamos nos questionários que 51,4% dos pais e 59% das mães dos estudantes são assalariados. Não se tratam de estudantes oriundos de famílias abastadas ou de alto poder aquisitivo, mas, pelo contrário, de filhos e filhas da classe trabalhadora empobrecida, subempregada, assalariada. Em seguida, aparecem 14,6% dos pais e 16,4% das mães declaradas como trabalhadoras autônomas, denominação que pode ser questionada uma vez que a tendência à “uberização” do mundo do trabalho (FONTES, 2018) submete os trabalhadores ao trabalho sem vínculo, salário e qualquer direito. O trabalhador vive a ilusão de ser um pequeno empreendedor ou autônomo, sendo responsável por todos custos do processo de trabalho sem ser efetivamente dono dos meios de produção e receber apenas uma parte do que foi realmente pago pelo seu trabalho.

Vale ressaltar que 23% dos estudantes não souberam responder qual a profissão do pai e apenas 0,7% desconhecia a da mãe, o que também evidencia a relação mais próxima entre as mães e os/as filhos/as do que entre os pais e os/as filhos/as. Tal dado sugere que as mulheres são as principais responsáveis pela educação e sustento dos/as filhos/as, corroborando a realidade em diferentes regiões e contextos brasileiros. Também a questão da mulher se destaca entre as atividades não remuneradas domésticas e no desemprego, uma vez que 7,7% das mães sem renda são intituladas domésticas e 3,7% dos pais e 9,7% das mães como desempregados/as. Diante disso, destacamos que o estudante do Maciço pertence a famílias que desenvolvem o trabalho simples, irregular, informal, mal remunerado, precário, “uberizado”, em síntese, o trabalho explorado, expressão contemporânea do avanço das relações de produção capitalistas sobre os direitos

da classe trabalhadora, o que é crescente no Brasil com a crise econômica e política instalada e aprofundada após 2016.

Dentro dessas circunstâncias toda a família se vê obrigada a trabalhar, o que ratifica nossa hipótese segundo a qual o trabalho infantil é uma fonte imprescindível de renda familiar e se desenvolve no contexto de famílias exploradas. Segundo os relatos dos grupos focais, jovens, crianças e adolescentes arcam com parte das despesas da casa (contas de luz, aluguel), bem como com despesas próprias (transporte, alimentação, roupas, aparelhos de celular, lazer e outros). Nesse sentido, a estudante A, ao ser questionada sobre motivo dos jovens trabalharem responde que trabalha:

Porque a grande maioria também são pobres, são dessa classe social.... E eu não tenho dinheiro, se não trabalhar, minha mãe não vai me dar, ninguém vai me dar, então eu tenho que me sustentar e tenho que fazer as coisas por mim, porque se não ninguém vai fazer⁵.

Pelos relatos nos grupos focais e entrevistas, a necessidade de trabalhar, seja para manutenção da subsistência da família, ou dos seus próprios gastos, compromete os estudos e o tempo de lazer. Dentre os problemas relacionados ao trabalho, a dificuldade para conciliar estudo e trabalho, resulta na falta de tempo para estudar, brincar, dançar, tocar, ouvir música, sair, ser criança, jovem ou adolescente, pois o pouco tempo que estão em casa, é utilizado para descansar ou trabalhar na própria casa com cuidados próprios.

As escolas em que as famílias têm uma renda mais baixa são as que contam com maior incidência de estudantes que trabalham e também que começaram a trabalhar mais cedo, como o caso da escola Lauro Muller, em que 84,4% dos estudantes que responderam aos questionários trabalham ou já haviam trabalhado. De um modo geral, a renda familiar é baixa em todas as escolas: 21,8% tem renda de um a dois salários mínimos, 20,3% de dois a quatro salários mínimos, 8,8% até um salário mínimo. Do total dos respondentes, 24% afirmam que não sabem a renda de sua família. Esse desconhecimento declarado pode estar associado tanto à renda instável que varia de forma diferente em cada mês e gera insegurança em relação à sobrevivência da família, quanto à suposta vergonha em relatar a renda real com que a família sobrevive.

Nos grupos focais realizados, apareceram ainda casos de jovens e adolescentes (particularmente os que migraram de outros estados) que moram com amigos ou

⁵ Depoimento do Grupo focal realizado na EEB Lauro Muller, 3º E.M., turno matutino, no dia 5 de março de 2015.

parentes ou com namorados/companheiros, e não possuem apoio da família e, portanto, precisam trabalhar para arcar com todas as despesas da casa. Nessas situações, a relação com os estudos é ainda mais subordinada à necessidade do trabalho, fazendo com que a escola esteja em segundo, terceiro ou quarto plano. Além de trabalharem em troca de uma renda ou salário, necessitam cuidar da roupa, da casa, das contas e ainda descansar. Há ainda casos em que além do trabalho, a escola também compete com um curso profissionalizante.

[...] ano passado eu trabalhava e fazia curso. Fazia curso da manhã, trabalhava a tarde e ia para a escola à noite. Isso é ruim, pelo menos para mim foi ruim, porque aí eu chegava cansada, não tinha saco para ficar escutando aos professores. Para mim assim foi horrível⁶.

Os diferentes tipos de trabalho e impactos na vida do trabalhador-estudante

A pesquisa possibilitou perceber outros dados que permitem uma maior compreensão da condição socioeconômica dos sujeitos pesquisados. Embora nossa hipótese inicial fosse a de que os estudantes do período noturno trabalhassem mais e/ou com maior jornada, o trabalho também está fortemente presente entre estudantes do turno diurno. Destacamos, o grupo focal realizado no turno matutino do ensino médio da Escola Padre Anchieta, onde os estudantes revelaram trabalhar como estagiários 4 horas por dia, ou seja, embora estudem durante o dia, a rotina combina estudo e trabalho e há pouco tempo disponível para realizar tarefas, estudos, pesquisas e leituras fora da escola.

Percebemos que não é o turno escolar ou sua procura que revela o ingresso ou não das crianças e dos adolescentes no mundo do trabalho, mas sim a necessidade de complementação da renda familiar, ou seja, a condição socioeconômica. Se houver necessidade de renda complementar, estudantes do noturno ou do diurno trabalharão.

Os estudantes do ensino fundamental também não ficam fora da constatação sobre a relação entre baixa renda familiar e a inserção no mercado de trabalho. Além dos trabalhos não formais, o trabalho doméstico, facilmente confundido com a ajuda educativa, também aparece com certa regularidade. No Centro Educacional Marista Lúcia Mayrvone (que oferece apenas o ensino fundamental), quando perguntados

6 Depoimento do Grupo focal realizado na E.E.B. Lauro Muller, 3º E.M., turno matutino, no dia 5 de março de 2015

sobre os fatores que atrapalham os estudos, 4% dos estudantes apontam o trabalho e 20% destacam as atividades domésticas e cuidados com os irmãos.

Neste sentido, destacamos que o trabalho doméstico infantil é “visto com tolerância pela sociedade” (SANTOS, 2016), sendo reconhecido como ajuda, meio de disciplinamento, moral, edificante e preparação para o futuro de trabalho, ou ainda, estratégia para manter crianças e adolescentes longe das drogas. Segundo Santos (2016), existe uma distinção entre trabalho doméstico e afazeres/atividades domésticas na qual:

[...] tarefa doméstica é aquela realizada na própria casa da criança, sem obrigatoriedade e compatível com seu desenvolvimento físico e psicossocial, não compromete a educação e o lazer e não substitui o trabalho do adulto. Em contrapartida, o trabalho doméstico realizado no próprio domicílio da criança ou em domicílio de terceiros interfere gravemente no desenvolvimento da criança, viola os seus direitos, interrompe a evolução natural de um desenvolvimento contínuo e expõe estas crianças a situações de negligência, discriminação, violência e opressão (p. 163).

Salientamos que caberia uma observação mais detalhada para determinar se os afazeres domésticos relatados pelos estudantes, como um dos responsáveis pelo cansaço, poderiam ser classificados como ajuda/tarefa doméstica ou trabalho. Mas é necessário compreender que o trabalho infantil doméstico ocorre pela impossibilidade e/ou ausência do adulto em casa fazendo com que crianças e jovens assumam as responsabilidades e obrigações para a produção da vida da família.

Conde (2016), em sua pesquisa sobre o trabalho que realizam crianças em lavouras de fumicultura, visa esclarecer o trabalho social coletivo/abstrato denominado de “ajuda” pelos pais:

[...] a dissimulação do trabalho da criança em ajuda é um elemento fundamental das formas atuais de exploração do trabalho familiar e da generalização do trabalho coletivo, onde o espaço doméstico se torna uma extensão da indústria. Formas que, aliás, não são novas, mas datam dos primórdios da era do capital (CONDE, 2016, p. 39).

Segundo Rubin (1987), o trabalho abstrato vai além das formas concretas de dispêndio de energia física do trabalhador, compondo uma relação social mercantil de produtores aparentemente separados:

O conceito de trabalho abstrato é a abstração de formas concretas do trabalho, relação social básica entre produtores mercantis separados. O conceito de trabalho abstrato pressupõe uma determinada forma social de organização do trabalho numa economia mercantil: os produtores individuais de mercadorias não estão vinculados no próprio processo de produção, na

medida em que esse processo representa a totalidade das atividades de trabalho concretas; este vínculo se realiza através do processo de troca, isto é, através da abstração dessas propriedades concretas. O trabalho abstrato não é uma categoria fisiológica, mas uma categoria social e histórica (RUBIN, 1987, p. 159).

Conforme Rubin (1987), o trabalho coletivo abstrato torna os produtores individuais de mercadorias distantes no ato de produção, vinculados por meio da troca, onde se abstrai das características individuais e concretas de cada trabalho por meio da escolha de um denominador comum: o valor (tempo de trabalho socialmente necessário). Na troca, não aparece quem produziu: adultos, crianças, jovens, mulheres, idosos ou deficientes. Entretanto, é pela troca que as formas concretas de produção da mercadoria se tornam vinculadas e compõem o trabalho social abstrato. Ou seja, a troca permite que o trabalho desenvolvido em âmbito ilícito, familiar ou privado de crianças, jovens e adolescentes torne-se vinculado à circulação das mercadorias produzidas e consumidas em outros pontos da cidade. A criança que se responsabiliza pelos cuidados da casa por meio da roupa, da limpeza, da comida e do cuidado dos irmãos permite que sua mãe venda a força de trabalho como doméstica em apartamentos luxuosos da avenida Beira Mar Norte, Florianópolis (SC), por exemplo. Na mesma direção, a droga vendida ilicitamente por crianças e adolescentes no Maciço é consumida em festas de luxo da cidade por turistas brasileiros ou estrangeiros. Dessa forma, o consumidor final pode relacionar-se com as crianças, os jovens e os adolescentes trabalhadoras do Maciço de Santa Catarina que compõem o trabalho social coletivo abstrato.

Os estudantes entrevistados não reconhecem os afazeres domésticos como trabalho, mas atribuem a ele o cansaço que atrapalha a concentração, reduz as horas de estudos e rouba o tempo de ser criança, jovem ou adolescente. As formas aparentes confundem a compreensão crítica da realidade que os explora.

Os trabalhos desenvolvidos pelas crianças e adolescentes são diferentes dos trabalhos exercidos pelos adultos e por seus pais. Embora eles também sejam considerados simples, costumam exigir mais baixa qualificação e pouco esforço físico. Porém, os estudantes alegam que a rotina de trabalho e estudo somada aos afazeres domésticos (alguns casos há maternidade precoce ou são estudantes que não residem com suas famílias) resulta em um constante estado de cansaço. A jornada tripla do trabalhador-estudante impacta diretamente os estudos. O resultado geral dos questionários aplicados demonstra que, para 23%, o que mais atrapalha os estudos é o tra-

balho, para 6% dos estudantes, as atividades domésticas e, para 4%, os cuidados com os irmãos menores. Somando trabalho e afazeres domésticos, temos 33% dos motivos que atrapalham o trabalho.

Os números específicos de algumas escolas também impressionam, como no caso da Escola Lauro Muller, na qual 43% dos estudantes responderam que o trabalho é o que mais atrapalha os estudos, chegando a 51% se incluirmos atividades domésticas e cuidado dos irmãos. Os resultados apresentados na Escola Padre Anchieta são 30% e 38%. Já na Escola Getúlio Vargas, 26% atribuíram ao trabalho e 34% se consideramos as atividades domésticas. Na Escola Silveira de Souza, 51% responderam que o que mais atrapalha os estudos é o trabalho. Ao adicionar as atividades domésticas, o percentual aumenta para 62%. Esse alto índice constatado pela pesquisa na Escola Silveira de Souza, se deve também ao fato de atender estudantes da Educação de Jovens e Adultos.

Para os estudantes da classe trabalhadora, a infância é um salto à vida adulta. Não há tempo para ser jovem ou adolescente. Os estudantes relatam constante estado de exaustão e sono, pois chegam na escola cansados e têm dificuldades de concentração, o que se torna um obstáculo para o bom acompanhamento das aulas. As condições precárias do modo de produção da vida em que o estudante-trabalhador se encontra, muitas vezes, leva o estudo a ser um segundo plano, como no relato do estudante C:

Se precisar trocar o estudo pelo trabalho eu troco. Porque como é que eu vou me manter? Como é que eu vou comer? Como é que eu vou me vestir? Se precisar eu troco sem problema nenhum⁷.

Essa é a desvantagem de estudar de noite, a vantagem é que, por exemplo, aqui todo mundo trabalha e ninguém vem aqui pra perder tempo e eu também não vim aqui para perder meu tempo, sinceramente, porque eu trabalho o dia inteiro, então eu gosto de vir né, tanto é que a gente reclama muitas vezes quando a gente vem aqui e não tem aula, então a vantagem é a de que quando a gente vem todo mundo tem aquela preocupação de vir estudar né, tu vê aquelas pessoas que aparentemente querem estudar, então é bem diferente do período matutino que os alunos levam na brincadeira e aqui não, essa é a vantagem⁸.

7 Depoimento do Grupo focal realizado na EEB Padre Anchieta, 3º E.M., turno matutino, no dia 25 de novembro de 2014.

8 Depoimento do Grupo focal realizado na EEB Padre Anchieta, 3º E.M., turno noturno, no dia 20 de novembro de 2014.

Embora os dados apresentados tratem das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores-estudantes, a escola se converte no espaço da alternância do trabalho e afazeres domésticos. Ou seja, a escola torna-se o espaço para descanso da rotina de trabalho e das responsabilidades do lar. É o espaço de socialização com os amigos, brincar, namorar e jogar, mesmo que seja também um espaço que apresenta muitos problemas, disputas, controle, disciplina, repressão e, inclusive, violência.

Outro dado relevante exposto pela pesquisa é o problema do abandono escolar. Da totalidade de escolas em que foram aplicados os questionários, 16,8% responsabilizam o trabalho pelo abandono escolar. Outras escolas, como a Escola Padre Anchieta, 21% dos estudantes atribuem o abandono da escola em função do trabalho, e outros 20% na Escola Getúlio Vargas. Os dados coletados nos anos finais (7º e 8º ano), como na Escola Hilda Theodoro Vieira, revelam que 15,3% deixam de estudar por causa do trabalho. Para 20,2% a responsabilidade do abandono está relacionada ao envolvimento com álcool e drogas. O que nos permite pensar que, diante do quadro de desemprego e diminuição de trabalho vivo na produção de mercadorias, o comércio de drogas pode ser reconhecido como um tipo de trabalho que surge como modo de sobrevivência e acesso ao consumo, forçando a criação de novas formas de trabalho, sejam elas de natureza lícita ou ilícita.

Considerações finais

A partir dos dados coletados da pesquisa, refletimos sobre a relação entre a escolarização e a exploração do trabalho infantojuvenil entre estudantes matriculados nas escolas que pertencem à região do Maciço do Morro da Cruz de Florianópolis. Percebemos que o trabalho tem impacto na escolarização dos jovens, adolescentes e crianças pesquisados/as. Quando há necessidade de complementar renda, crianças, jovens e adolescentes são levados a priorizar suas energias para a produção material da vida, ou seja, para o trabalho em detrimento do tempo de estudo e lazer. Essa é forma como a mercadoria força de trabalho infantojuvenil se constitui e suas relações com a escola evidenciam que para os filhos da classe trabalhadora resta uma formação disciplinante com poucos conhecimentos destinados ao trabalho simples, repetitivo, informal, sem vínculo, mal remunerado, mesmo que ele se desenvolva muitas vezes sob a forma de “ajuda educativa familiar”, face aparente do trabalho coletivo abstrato, dadas as formas sociais atuais de produção coletiva das mercadorias.

Procuramos caracterizar brevemente o contexto em que vivem os sujeitos da pesquisa, onde destaca-se a migração e a necessária busca pelo trabalho. Em seguida, apontamos os diferentes tipos de trabalho que possuem múltiplas naturezas, formais, informais, “uberizados” assim como os tipos que são difíceis de serem reconhecidos como trabalho (tráfico de drogas e o trabalho doméstico). Este último se destaca junto do cansaço persistente entre trabalhadores estudantes, o que compromete o rendimento escolar e restringe o potencial formativo da escola a uma forma disciplinante, simples e com poucos conhecimentos.

Dialeticamente, os estudantes trabalhadores têm expectativas positivas de aprendizagem em relação à escola, mas o cansaço após a jornada diária de trabalho é um concorrente desleal da aprendizagem pretendida daqueles que Foracchi (1977) denomina como estudantes “pela metade”.

Por último, destacamos que os dados da pesquisa são contundentes em denunciar o quanto o trabalho atrapalha os estudos e que as versões apologetas e moralizantes do trabalho entendido como educativo e disciplinante desde a mais tenra idade não se sustentam quando percebemos o cansaço a que o estudante trabalhador é submetido contemporaneamente. Quantos médicos, advogados, cientistas sairão das escolas do Maciço? É inaceitável que uma sociedade que investe milhões para explorar o espaço, que busca vida em outros planetas frente às ameaças do aquecimento global determinado pelos interesses do grande capital, condene os filhos da classe trabalhadora ao trabalho simples “uberizado” e ao cansaço que roubam o tempo de estudos, da infância e da adolescência e impendem a possibilidade de humanização do ser social.

Referências

CONDE, S. F. A. *Escola e a exploração do trabalho infantil na fumicultura catarinense*. Florianópolis, SC: Em Debate, 2016.

DANTAS, J. Projeto histórico e construção curricular: a experiência social do fórum do Maciço do Morro da Cruz. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 88, n. 218, p. 122-39, jan./abr. 2007. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.88i218.767>

FONTES, V. Capitalismo em tempos de uberização: do trabalho ao emprego. *Marx e o Marxismo*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 45-67, jan./jun. 2018.

FORACCHI, M. A. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo, SP: Pioneira, 1977.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo demográfico 2010. Brasília, DF, 2010. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

MARCASSA, L. P. *Juventude pobre e escolarização*: relações com a escola e a cultura em territórios de precariedade. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

MARX, K. *O capital*. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1988.

MARX, K. Trabalho assalariado e capital. In: MARX, K.; ENGELS, F. (Orgs.). *Obras escolhidas em três tomos*. Lisboa: Avante, 2006.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 7. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 1989.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. *Uma aliança global contra o trabalho forçado*. Genebra, 2005. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/documentos/relatorio_global2005.pdf>. Acesso em: 6 out. 2016.

RUBIN, I. I. *A teoria marxista de valor*. São Paulo, SP: Polis, 1987

SANTOS, J. L. Trabalho infantil no espaço doméstico: exploração oculta. *O Social em Questão*, v. 19, n. 35, p. 149-70, fev. 2016.

Submissão em: 11-10-2018

Aceito em: 20-11-2018